



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA, Rua Boa Vista, nº. 103, 7 andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública Geral do Estado, Doutora Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Noadir Marques da Silva Júnior, Roque Jerônimo Andrade, Victor Hugo Albernaz Júnior, Vitore André Zílio Maximiano, Daniela Sollberger Cembranelli e Willian Fernandes. Ausentes justificadamente os Conselheiros, Antonio José Maffezoli Leite, Carlos Weis e Wagner Giron de La Torre. Deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos. Instalada a sessão, foram aprovadas as atas da 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 25º. A Defensora Geral saudou os presentes, e passou-se às comunicações da Presidência. A Presidente comunicou que na terça-feira haverá uma reunião na Casa Civil pra discutirem a questão remuneratória. Participarão da reunião além dela os 1º, 2º e 3º Subdefensores. Informou que o CEAD apresentou relatório preliminar onde consta ser insuficiente o banco de dados do FAJ. Informou que será preciso uma análise mais segura. Relatou reunião com técnicos da Prodesp e Secretaria de Segurança Pública para apresentarem a RDO – Registro Digital de Ocorrências usado na Secretaria de Segurança Pública. As informações das ocorrências serão duplicadas e passadas para a Defensoria. Informou que no início de abril terão uma reunião para tratar do funcionamento do sistema. O Conselheiro Vitore explicou que as informações recebidas ficarão no banco de dados. A Conselheira Daniela questionou se o sistema será centralizado só na Capital. Insistiu para que os flagrantes do Júri sejam centralizados no Tribunal do Júri. O Conselheiro Vitor Hugo informou que ele mesmo está recebendo os flagrantes. Manifestou sua preocupação quanto à perspectiva de tempo para a instalação do programa. A Presidente disse que uma vez instalado e tendo estrutura, será espalhado para as Regionais. O Conselheiro Noadir solicitou que a Polícia seja informada. Dra. Cristina respondeu que será automático. Explicou que quando for lavrado o flagrante e não houver advogado, o sistema se incumbirá de avisar a Defensoria. Informou que esteve em Brasília e viu o sistema de apoio ao Judiciário. Informou que em Manaus tudo é informatizado, não trabalham mais com papel. Não havendo mais manifestação da Presidência e da Secretaria, passou-se ao momento aberto. Dr. Davi Depiné, Presidente da APADEP, relatou a organização do Ato da Defensoria Pública para o dia 17 de Abril, na Assembléia Legislativa. Informou que panfletaram para os novos Defensores. Ressaltou a importância da presença da Sociedade Civil. Manifestou-se acerca da Deliberação 31/07 que alterou o Regimento Interno, estabelecendo prazo maior para o relator colocar o processo em pauta. Explicou que por se



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

tratar de mudança no Regimento Interno, não poderia ter sido incluído na pauta por exceção verbal, ainda que contasse com a concordância de todos os membros do Conselho Superior. Entregou à secretaria um ofício requerendo a anulação da Deliberação CSDP 31/07. Informou estudo feito sobre a legalidade de pagamento com recursos do FAJ, de serviços periciais em processos nos quais não atuam Defensores Públicos ou Advogados credenciados em Convênio com a Defensoria Pública. Entregou à secretaria do Conselho, ofício para providências cabíveis. Informou que colegas da Barra Funda estão pressionando funcionárias da PGE grávidas a pegar licença prêmio no mesmo período da licença maternidade. Manifestou sua indignação com graves acontecimentos verificados recentemente na 1º Vara do Júri, por conta da aplicação abusiva do provimento 32 da Corregedoria Geral da Justiça. Pediu intervenção do Conselho Superior, do Gabinete da Defensora Geral e da Corregedoria da Instituição. Informou que a supressão do nome da testemunha transforma-se em prova para a acusação, levantada contra o réu e contra o próprio Defensor. Leu manifestação que cita o problema do colega Defensor Menésio nos Tribunais do Júri. Entregou à secretaria do Conselho manifestação para providências. O Conselheiro Noadir manifestou-se a respeito da distribuição de vagas. Solicitou um critério para que haja mais tranquilidade em relação a isso. Manifestou-se assustado com o consumo do Faj pelo Convênio da OAB. Sobre o pagamento de peritos, manifestou que há rascunho de um novo provimento. Informou que haverá discussão no Conselho Superior a respeito deste assunto. Falou que negou pagamento a um perito, ligou para o juiz pra dizer que não havia ilegalidade. O Conselheiro Vitore deu breve relato do problema na Barra Funda com relação às servidoras grávidas. Pediu para Dra. Franciane verificar. Falou sobre a remoção dos colegas. Disse que a última decisão é que terão que aguardar até abril para iniciar esta grande remoção. Disse que tem observado que a Diretoria da PGE tem criado problemas. Falou da saída da Vera para um cargo de chefia, prestes a se aposentar, o que o felicita. Disse que designará um funcionário da Defensoria Pública para substituí-la. À respeito da fuga, falou que não sabia que Dra. Patrícia havia tentado entrar na Penitenciária. Sugeriu que procurasse o Dr. Alex para saber se era um assistido da Defensoria Pública. Dr. Davi disse que a Defensoria não pode se omitir, que na dúvida deve agir e não esperar saber se é ou não assistido. O Conselheiro Vitor Hugo disse que se já há um advogado constituído, a presença da Defensoria pode constranger. A Conselheira Daniela concorda que a atitude foi tímida. Disse que se é necessitado devemos ajudar. Dr. Vitore pediu aos colegas trazerem informações da Barra Funda. Disse que esteve em Guarulhos, que ficou feliz com a estrutura, que é pequena, mas bem organizada. Falou que a PGE sai em maio. Disse que há uma expectativa dos juizes de lá em saber se haverá continuidade no trabalho, que pediram para ampliarem os trabalhos em Guarulhos. Disseram que o serviço da PGE é ruim, que os réus são condenados por falta de trabalho deles. Dr. Vitore falou que já estão à procura de prédios para locação. Disse que esteve na sede da PGE e que o chefe da Regional se colocou à disposição. A parte administrativa será transferida para o Fórum até locarem o local. Disse que é necessário internet e telefone, porque apesar da boa estrutura, ainda não tem. Informou que esteve na Universidade Mogi das Cruzes, no



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

campus de São Paulo e que o Diretor propôs locar um prédio novo, dar toda a estrutura física e a Defensoria Pública disponibiliza os Defensores. A finalidade deles é que os alunos de Direito da Universidade, façam o estágio obrigatório com a Defensoria. Disse que não haverá custo algum da parte da Defensoria. Disse que não vê problemas porque o próprio Judiciário tem este tipo de Convênio com Universidades. Falou que a uma Minuta de Convênio que a Dra. Márcia deverá desenvolver. O Conselheiro Willian questionou o marketing deste vínculo com a Universidade. Dr. Vitore disse que ontem foi o primeiro contato e que ainda será amadurecido. Disse que se não for conveniente, não será feito. O Conselheiro Noadir disse que em Campinas tem uma Universidade que se destaca porque tem Convênio com o Judiciário. A Conselheira Franciane disse que hoje é o modelo que nós temos. Que na execução estão tentando adotar isso. Disse que será passado ao Conselho. O Conselheiro Vitore esclareceu que não haverá pagamento, nem vínculo por parte da Defensoria com os Estagiários. Dra. Cristina questiona sobre o certificado destes alunos estagiários. O Conselheiro Vitore informou que o Convênio com o CREA é ótimo, que o Engenheiro que está cuidando do caso do Metrô é muito bom. O Convênio será renovado. Que haverá uma lista seguitada para Regionais. Disse que precisam usar mais este Convênio. À respeito da distribuição de cargos, disse que haverá tranquilidade. Que conseguirão criar critérios justos, que há tempo pra isso. Garantiu que não haverá prejuízo em nenhuma das áreas. Falou que deve haver mais investimentos na Grande São Paulo, na AVEC. Traçarão um plano para atingir todas estas Varas. A presidente, em resposta, disse que havia ficado claro o critério meio a meio. Esclareceu que hoje não tem condições de definir estes critérios porque já pediu para Dra. Helena que mande uma lista de todos os Procuradores lotados e onde estão. Paralelamente os sub-defensores pediram mapas das Regionais. Garantiu que casando estas duas informações terá uma noção melhor. Com relação ao FAJ, falou que reunindo todas estas questões poderão ver como agir. Que com a ajuda do Conselho, sub-defensores e dos coordenadores, encontrará uma solução. Declarou se incomodar com Guarulhos porque a OAB faz o que quer. Que cada lugar usa critérios diferentes, como por exemplo em São Caetano fazem panfletagem; em São Bernardo limitam senha e não atendem Ação Indenizatória. Falou que sem clareza das informações não poderá decidir. O Conselheiro Willian, em relação ao problema na Barra Funda, propôs que sentem para resolver de forma simples. Reunir ele, Dra. Helena e Dr. Davi. Disse que a OAB e a Defensoria devem somar. Participou de uma reunião com Inácio sobre o Convênio, que tem uma postura corporativa. Disse que para a OAB atendimento voluntário é voltado para o lado econômico e pessoal. Disse que esteve na Assembléia tentando resolver a questão de espaço. Informou ter falado com Vicente Braga. À respeito das Conferências, falou que mandou material para todos, reforçou os recursos de alimento e estadia. Estão procurando local adequado. Questionou quem serão os 150 observadores, se serão Defensores ou Cíveis. A presidente falou que a verba de adiantamento das Regionais receberão a mais para custear as despesas. O Conselheiro Noadir pediu para prestar atenção na data do depósito. Está preocupado com a sobrecarga, porque não há auxílio de ninguém para as pré-conferências. Pediu para irem com calma. Dra. Cristina falou que é a primeira,




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

que não vamos fazer nada para cumprir tabela, mas que será pequena. Falou que a questão do adiantamento foi a primeira que a preocupou e que tinha uma estimativa de quanto vão precisar. Dr. Willian disse que a verba é suficiente para fazer. O Conselheiro Vitor Hugo questionou a entrada dos novos colegas e a saída dos funcionários da PAJ. A Conselheira Daniela disse que terá reunião com o TJ para discutir os núcleos, para colocar as idéias e planos de atuação. Pleiteará local para instalações do núcleo no TJ. Disse que será necessário funcionários para atender. Na próxima sessão trará o resultado da reunião. Em relação à Brasília disse que assumiu a banca, que foi bem recebida. Fez breve relato no que diz respeito à Adin. Mostrou preocupações acerca das intimações pessoais que são prerrogativa da Defensoria Pública Estadual e estão sendo enviadas à Defensoria Pública da União. Expôs sua preocupação em relação ao colega Defensor que está tendo problemas com Promotores nos Tribunais do Júri. Propôs que seja feito um desagravo. Dr. Davi disse que a Defensoria Pública deve tomar atitude em relação a isso. A Conselheira Franciane disse que é necessário pensar nestas questões e pedir à Apadep tomar frente destes casos. À respeito das penitenciárias, propôs que seja criado um Grupo para visitá-las e verificar as condições de segurança para os Defensores. Falou da reestruturação da Criminal. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se à Ordem do Dia. CSDP 539/07. Tem como proponente Cleia Borges de Paula Delgado – Procuradoria Regional de São José do Rio Preto. Versa sobre homologação de concurso para Estagiários de Direito da Regional de São José do Rio Preto. A Presidente lê o voto do relator Wagner, ausente justificadamente por ser examinador da prova oral. O relator votou pela homologação. A Presidente põe em votação. Aprovado por unanimidade a ratificação da homologação do concurso de estagiários da Regional de São José do Rio Preto. A Presidente propõe excetuar à pauta o processo CSDP 537/07 tendo em vista sua urgência. Aprovado. CSDP 537/07. Interessada: Maria Cecília Remoli de Souza Lopes. Assunto: Homologação do concurso de estagiários da Regional de Bauru. O Conselheiro relator Victor Hugo lê o relatório e voto. Votou pela homologação. Foi aprovado por unanimidade ratificar a homologação do concurso de estagiários da Regional de Bauru. CSDP 003/07. Interessada: Cristina Guelfi Gonçalves. Assunto: Concurso de Seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. O Conselheiro relator Carlos Weis leu o gabarito de respostas. Aprovado por unanimidade homologar o gabarito de respostas do I Concurso de seleção de Estagiários de Direito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. CSDP 536/07. Interessados: Cláudio Lucio de Lima. Assunto: Relatório de atividades do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania. O Conselheiro relator Roque leu relatório e voto. Votou pela aprovação do relatório, com a ressalva de que seja solicitado a todos os Núcleos a entrega do devido relatório de atividades. CSDP 429/07. Interessados: Carmem Silvia de Moraes Barros, Daniela Sollberger Cembranelli e Flávio Américo Frasseto. Assunto: Proposta de normas gerais de funcionamento dos Núcleos especializados. O Conselheiro relator Noadir Marques da Silva Junior deu continuidade a leitura do voto. O Conselho Superior da Defensoria Pública deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos a




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO Conselho Superior

serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto, Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, 23 de março de 2007.


Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente



Franciane de Fátima Marques
Conselheira

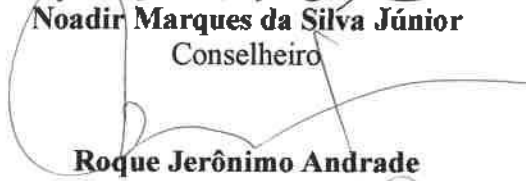

Daniela Sollberger Cembranelli
Conselheiro


Victor Hugo Albernaz Júnior
Conselheiro


Willian Fernandes
Conselheiro


Carlos Henrique Acirón Loureiro
Conselheiro


Noadir Marques da Silva Júnior
Conselheiro


Roque Jerônimo Andrade
Conselheiro


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro